

*Fun
Cul
Esp
Am
Paulo Barros*

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTALEGRE

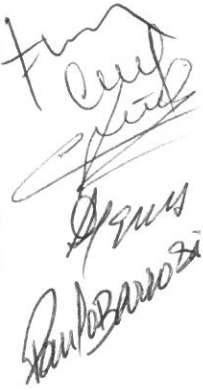


PLANO DE AÇÃO E ORÇAMENTO 2017

Paulo Barros

Conteúdo

Um ano de Desafios	2
1. Corpos Sociais	4
2. Organograma da Instituição	5
3. Mapa de Pessoal da Instituição	6
4. Recursos Humanos	7
a. Formação Profissional	7
b. Convenção Coletiva de Trabalho	8
c. Modelo de Avaliação	8
5. EQUASS – Implementação e Certificação da Qualidade nas Misericórdias	9
6. Voluntariado	10
7. Centro de Dia	11
8. ERPI	12
a. Equipamento	12
b. Obras	13
c. Ações Socioculturais e de Animação	13
9. SAD – Serviço de Apoio Domiciliário	17
10. Creche	18
a. Equipamentos e Obras	18
b. Ações socioculturais e de Animação	19
11. UCC – Unidade de Cuidados Continuados	22
a. Equipamentos	23
b. Obras	23
12. RLIS – Rede Local de Intervenção Social	24
13. Igreja da Misericórdia	25
a. Obras e Equipamento	25
14. Casa Mortuária	26
Avaliação do Impacto Social	27
ORÇAMENTO	29
15. Orçamento	30
16. Aprovação do Plano de Ação e Orçamento	43
Parecer do Conselho Fiscal	44



Um ano de Desafios

De acordo com o disposto na alínea e) do Artigo 27º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre, vimos apresentar o PLANO DE AÇÃO E O ORÇAMENTO PARA 2017.

A nossa ação está centrada nos recursos humanos, na formação, na qualificação dos serviços e no grande esforço de conservação e remodelação de equipamentos e instalações e na melhoria dos serviços aos utentes. Há uma grande contenção orçamental porque a UCC é problemática na sua exploração e porque os saldos verificados ultimamente não permitem fazer os investimentos de que precisamos.

Relativamente ao Plano, ele expressa a nossa visão, uma visão muito clara e realista das carências e necessidades. Trata-se de um vasto programa de ação ou de um plano plurianual porque os temas e as questões aqui expostas não se resolvem nem se esgotam neste espaço de tempo.

O Plano de Ação exprime a nossa preocupação com uma serie de áreas de intervenção, para além das valências e serviços que prestamos.

O Plano tem o seu reflexo no orçamento e, por isso, está condicionado porque não podemos fazer despesa sem que haja receita garantida. A sustentabilidade a isso obriga. Temos boas contas e saldo para os compromissos da UCC. Há uma dívida de 1.950.000 mil euros á Caixa Agrícola que a Câmara Municipal assume, e temos mesmo um problema de sustentabilidade porque o saldo da exploração não tem garantido, nem garante, os valores para a conservação e obras que é necessário fazer.

Praticamos salários baixos, como em todas as Misericórdias, os edifícios estão degradados e há muita obra a fazer e grande investimento em renovação de mobiliário e equipamento. Mas não temos receitas que permitam acudir a tudo. Ainda assim deixamos aqui uma previsão da nossa intenção, mas também das necessidades para que haja esse conhecimento e a preocupação da sua solução. Pode dizer-se que há muitas intenções e pouca obra.

Mesmo assim há muitas iniciativas que serão levadas a cabo em 2017 e que, podendo ter impacto orçamental, valorizam a instituição, a qualidade do serviço e as pessoas, e contribuem, a prazo, para melhor racionalização dos serviços, mais eficiência, maior produtividade e ganhos financeiros.

Não há grande margem nem clareza nos fundos comunitários, mas estaremos atentos para tentarmos solucionar alguns problemas.

Temos pela frente um ano de desafios com tudo o que a seguir aqui propomos, mas sobretudo porque vamos enfrentar os problemas da UCC.

Para além das obras e equipamentos, para os quais temos solução, vemos o funcionamento com muita preocupação porque há enormes exigências e o valor dos acordos foi-se degradando e não cobre, na maioria dos casos, as despesas das UCCs.

É nosso objetivo também, reforçar o ambiente de diálogo com os funcionários na procura das melhores soluções laborais. Continuar a ter preocupação na modernização administrativa, na formação e no rigor dos serviços. Como temos feito até aqui, vamos continuar a abrir a instituição à comunidade e cultivar uma relação cada vez mais próxima e participada com os familiares dos utentes.

A abertura pressupõe também informar, pelo que continuaremos a aprofundar o trabalho na área da comunicação. Divulgar as nossas iniciativas, receber críticas e sugestões é essencial para procurarmos fazer sempre melhor.

O nº 2 do Artigo 12º dos estatutos refere a realização de atos religiosos que a Misericórdia assume como Compromisso a cumprir, assim como a celebração de outros atos e cultos que constituam encargos aceites.

Estamos aqui a tempo inteiro e prolongado porque há muito trabalho e muita exigência e porque queremos outra imagem e ganhar prestígio para a instituição.

Queremos aprender e conhecer para colocarmos essa experiência adquirida ao serviço da Misericórdia. Vamos ter representação institucional mais próxima, participar em fóruns sociais, queremos estar representados nas instituições do setor e particularmente envolvidos nas iniciativas da CASES e ter intervenção na estrutura da União das Misericórdias Portuguesas.

São estas as nossas propostas e desafios que temos de enfrentar e vencer, atentos sempre ao compromisso de solidariedade com os que precisam, para cumprir e elevar as Catorze Obras da Misericórdia.

Montalegre, novembro de 2016

O Provedor

Fernando Rodrigues

Fernando Rodrigues
Provedor
11/11/2016

*Família
Cruz
Aguiar
Paulo Barros*

1. Corpos Sociais

Assembleia Geral		
Nome	Cargo	Irmão
José Gonçalves Justo	Presidente	95
Paulo Jorge Baia Barros	Vice-Presidente	187
Maria Leonor Rua de Moura Rodrigues Nunes	Secretária	347

Mesa Administrativa		
Nome	Cargo	Irmão
Fernando José Gomes Rodrigues	Provedor	151
Maria Manuela Flambo Pedreira Carvalho	Vice-Provedora	441
Alberto Armindo do Braz Moura	Secretário	440
António Dias Henriques	Tesoureiro	379
Paulo Jorge Dias Barroso	Vogal	442
José Avelino Vaz Souto	1ª Suplente	301
João Jorge Lopes e Silva	2ª Suplente	287
José Miranda Alves	3ª Suplente	266

Conselho Fiscal		
Nome	Cargo	Irmão
João Batista Branco Alves	Presidente	152
Paulo Jorge Miranda da Cruz	Vice-Presidente	426
Alberto Martins Carvalho	Secretário	132
António Maria Batista dos Santos	1ª Suplente	47
João Paulo Branco Gonçalves Barroso	2ª Suplente	415
Jorge Manuel Gonçalves Nogueira	3ª Suplente	435

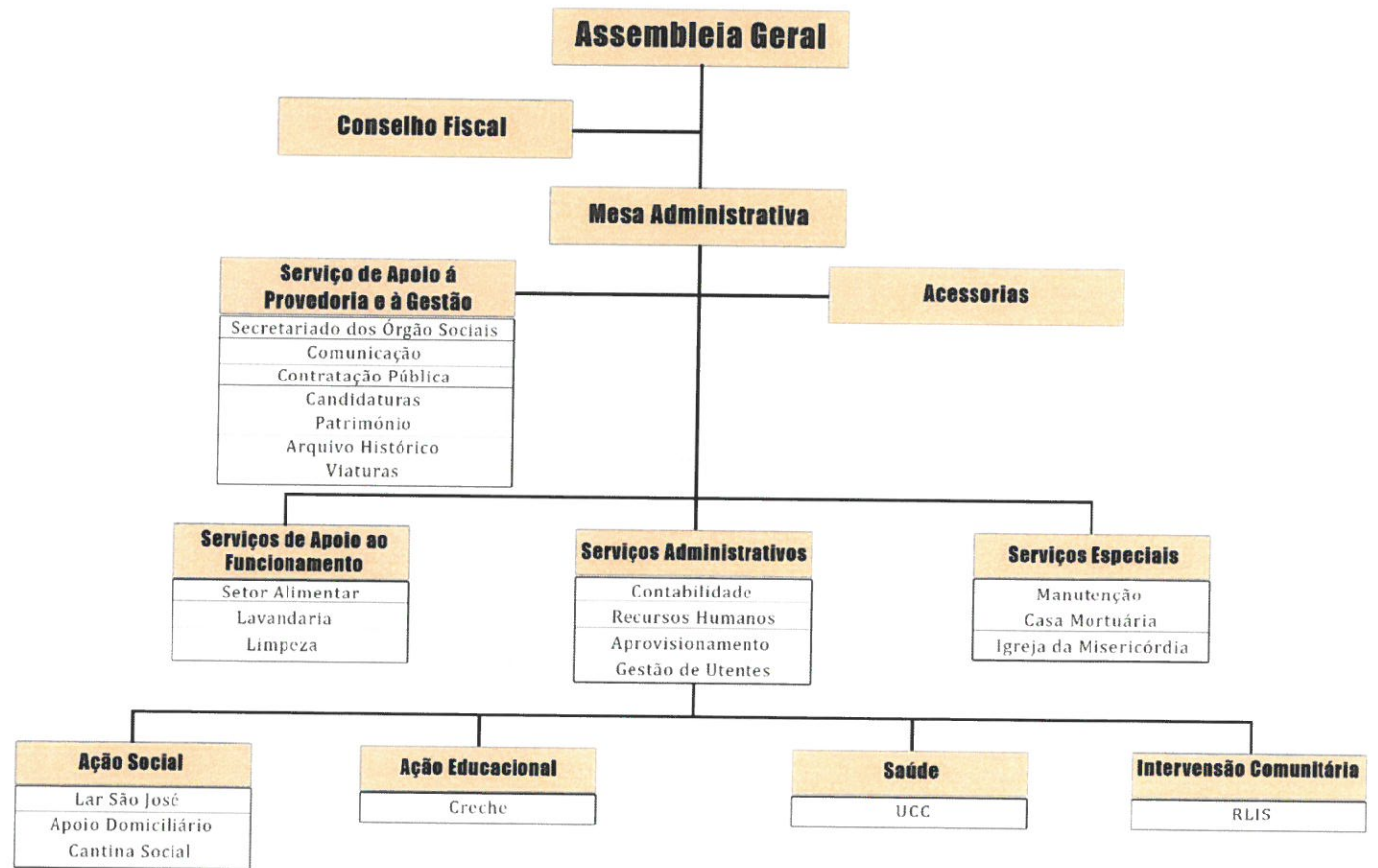
Handwritten signatures and notes in the top right corner.

2. Organograma da Instituição



SANTA CASA da MISERICÓRDIA de MONTALEGRE

ORGANOGRAMA



3. Mapa de Pessoal da Instituição

QUADRO GERAL DE RECURSOS HUMANOS DA SCMM

Handwritten signatures and initials:
 F. M. ...
 A. ...
 R. ...

Perfil Profissional	Profissionais			*Afetação dos Profissionais à valência					
	Quadro Legal	Previs-tos	*Ocup-ados	ERPI	SAD	Cent-ro Dia	CRE.	UCC	Outro-s
Provedor	1	1	1	0,70	0,05	0	0,05	0,20	0
Diretor técnico (assistente social)	1	1	1	0,95	0,05	0	0	0	0
Educador Social	1	1	1	1	0	0	0	0	0
Técnico Apoio à Gestão	0	1	1	0,80	0	0	0	0,20	0
Assistente administrativo	0	2	1	0,90	0,05	0	0,05	1	0
Ajudante de lar e centro de dia	14	17	15	15	0	0	0	0	0
Encarregado de serviços gerais	1	1	1	0,97	0,03	0	0	0	0
Encarregado sector (serviços gerais)	0	0	2	2	0	0	0	0	0
Auxiliar Técnico Manutenção	1	1	0	0,30	0	0	0	0,70	0
Ajudante familiar/ domiciliário	0	3	2	0	2	0	0	0	0
Ajudante de cozinha	6	6	4	2,30	0,70	0	0	1	0
Costureira	0	0	1	0,90	0,10	0	0	0	0
Cozinheiro	3	3	3	1	0,20	0	1	0,80	0
Operador de lavandaria	0	2	1	0,95	0,05	0	0	0	0
Auxiliar ação médica	8	9	0	0	0	0	0	9	0
Trabalhador de serviços gerais	19	21	13	13	0	0	0	8	0
Educadora de Infância (inclui Diretor Técnico)	2	2	2	0	0	0	2	0	0
Ajudante de Ação educativa 2ª	4	4	4	0	0	0	4	0	0
Diretor Técnico UCC	1	1	0	0	0	0	0	1	0
Enfermeiro Coordenador	1	1	0	0	0	0	0	1	0
Enfermeiro - inclui Enf. de reabilitação	10	12	2	2	0	0	0	10	0
Médico	0,50	0,50	0	0	0	0	0	0,50	0
Médico Fisiatra	0,50	0,50	0	0	0	0	0	0,50	0
Psicólogo	2	2	1	0	0	0	0	1	1
Fisioterapeuta	2	2	0	0	0	0	0	2	0
Assistente Social	2	4	2	0,50	0	0	0	1	1,50
Terapeuta da Fala	0,25	0	0	0	0	0	0	0,25	0
Animador Sociocultural	2	2	0	0	0	0	0	2	0
Nutricionista	0,30	0	0	0	0	0	0	0,30	0
Terapeuta Ocupacional	1	1	0	0	0	0	0	1	0

*Francisco
Paulo
D. Gomes
Paulo Barros*

4. Recursos Humanos



Temos 56 funcionários, 7 na creche, 2 no SAD, 42 no ERPI e 3 na RLIS.

Os recursos humanos excedem o exigido por lei. Já tivemos mais utentes com, praticamente, o mesmo pessoal. Mas temos a dispersão dos serviços, mesmo no lar, e persistem ainda outros problemas que temos de resolver. Os trabalhadores gostam da casa, mas não há cultura de diálogo nem de compromisso, e há défice de formação. Os recursos humanos de uma instituição como a Misericórdia são essenciais para se alcançarem os objetivos da instituição, quer em quantidade quer em qualidade.

Na creche, devido à redução do número de alunos, temos pessoal excedentário, acrescendo prejuízos sistemáticos. Para esse pessoal estamos a encontrar solução de enquadramento noutras valências, evitando a extinção do posto de trabalho. Por isso, a haver dotações, serão pontuais, salvo o minimamente indispensável para a UCC.

Podemos prestar apoio a jovens em estágio profissional ou beneficiar de desempregados subsidiados para tarefas pontuais.

a. Formação Profissional

A formação profissional dos colaboradores é um direito laboral e será sempre uma preocupação. Para além da renovação de quadros, que naturalmente vai acontecendo, mas de forma lenta, e que rejuvenesce o grupo e trás pessoas com outra escolaridade, temos obrigações legais nesta área, e que interessam à instituição, para termos os nossos funcionários mais aptos e capazes de prestar sempre melhores serviços. Colaboradores bem formados, conhecedores e motivados, dão mais garantia de cumprirem o espírito de união da Misericórdia.

Temos por isso previsto candidaturas ao IEFP para formação interna que possam cumprir os objetivos anteriormente definidos.



b. Convenção Coletiva de Trabalho

A Misericórdia de Montalegre subscreveu a Convenção Coletiva de Trabalho celebrada entre a União das Misericórdias Portuguesas e alguns sindicatos. Essa decisão foi tomada porque há alguns benefícios para os trabalhadores e são clarificadas algumas normas do Código de Trabalho.

Estamos a implementar o acordo e a esclarecer os procedimentos para a sua correta interpretação e aplicação. De salientar que este acordo é válido automaticamente para os trabalhadores sindicalizados, sendo que os demais apenas se integram nas suas normas com declaração de aceitação escrita.

Dentro dos benefícios inclui-se a correção do estatuto remuneratório, que não resolve o desconforto de alguns funcionários com bastantes anos de serviço que, em resultado dos aumentos do salário mínimo, ficam com a remuneração próxima dos que iniciam agora funções. Trata-se de uma questão que merece análise.

c. Modelo de Avaliação

Os funcionários são globalmente cumpridores, como se referiu, mas a avaliação permite conhecer melhor os problemas e ajudar a resolvê-los. Avaliar o desempenho é por isso trabalho necessário, embora tarefa difícil e ingrata.

Queremos definir bem o que cabe a cada um e quais as suas obrigações, e se as cumprem ou não. Esta avaliação terá de ser objetiva, justa e rigorosa. Há que adotar, por isso, critérios de observação que permitam, com justiça, obter elementos suficientes para uma avaliação seria. Só assim se poderá salientar o desempenho do mérito.

Apesar do trabalho burocrático, e de ser considerado inútil por alguns, queremos iniciar esta tarefa, havendo que aprofundar o método de comunicação que iniciamos.

For
Cust
grat
Jus
Paulo Paulo

5. EQUASS – Implementação e Certificação da Qualidade nas Misericórdias



O EQUASS tem como principal objetivo estimular o desenvolvimento do setor dos serviços sociais, promovendo o compromisso dos prestadores de serviços com a qualidade e a melhoria contínua, constituindo-se como um instrumento de garantia da qualidade reconhecida pelos clientes/utilizadores a nível europeu.

Pretende contribuir para a criação de um mercado europeu e para a modernização dos serviços sociais de interesse geral, no qual os prestadores de serviços tenham a possibilidade de se diferenciarem, utilizando a qualidade dos seus serviços como uma vantagem competitiva.

Este sistema de qualidade descreve um conjunto de domínios, condições e princípios, bem como um conjunto de critérios-chave que influenciam a qualidade dos serviços sociais.

A Certificação da Qualidade dos Serviços Sociais assenta numa abordagem abrangente. Os níveis do programa de certificação EQUASS baseiam-se em 10 princípios de qualidade e 50 critérios subjacentes, e certificam dois níveis diferentes de qualidade – EQUASS *Assurance* (certificação válida por 2 anos) e EQUASS *Excellence* (certificação válida por 3 anos).

Este trabalho tem sido recomendado por várias entidades como garantia de modernização e rigor.

Temos muitos desafios ao mesmo tempo mas não queremos ficar para trás e iremos estudar esta metodologia para a tentarmos implementar na instituição, quando for possível.

*França
C. Silva
A. Gomes
S. Barros*

6. Voluntariado



Há um conjunto de ações de interesse social e comunitário que podem ser realizadas de forma desinteressada por pessoas ou famílias com disponibilidade, ajudando instituições, projetos sociais ou pessoas em dificuldade.

O Voluntariado é amor a uma causa, muito mais que disponibilidade e tempo. Não há tradição nesta casa de apelar a estes valores de ajuda a ações da instituição, mas queremos fazê-lo.

Há muita gente que o pode fazer e nós temos, sobretudo no Lar S. José, necessidade de ajuda porque há muitos residentes que precisam de uma palavra amiga, de alento e de conforto, para complementar os serviços institucionais.

Será uma boa obra para quem pode, vir ao Lar, na hora da animação social ou noutra, colaborar nessas ações, ouvir e privar com os residentes, e ajuda-los a passar o tempo e a resolver alguns dos seus problemas.

É um desafio que vamos lançar a começar pelos Irmãos, mas alargado a todos, para que seja possível humanizar mais a vida no Lar.

*Fernando
Cunha
Aguiar
Rafael*

7. Centro de Dia

Havia um pedido para criação do Centro de Dia na Misericórdia, que nós renovamos.

Sendo uma necessidade sentida na sede do concelho, não tem, no entanto, uma procura real que obrigue a atribuir máxima exigência nesta resposta. O serviço prestado por outras instituições contribui também para a realidade que se verifica. E temos o apoio domiciliário que, numa outra fase, pode representar identificação e prioridade para o serviço do Lar.

Mas não deixa de ser necessário e justo dotar a sede do concelho e aldeias limítrofes deste serviço, pelo que continuaremos a comunicar à Segurança Social a nossa visão.

*Francisco
Cunha
Paulo
Barroso*

8. ERPI



O Lar São José é também o edifício sede da Misericórdia de Montalegre. No conjunto, edifício antigo e ampliação acolhe 80 utentes.

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Lar S. José, presta um conjunto de atividades e serviços, designadamente, alimentação adequada às necessidades dos residentes, cuidados de imagem e higiene pessoal, tratamento de roupas, higiene dos espaços, atividades de animação sociocultural, lúdico-recreativas e ocupacionais, apoio nas atividades da vida diária, cuidados de enfermagem e acesso a cuidados de saúde e assistência religiosa, proporcionando bem-estar e qualidade de vida aos residentes.

Queremos prosseguir com iniciativas que tenham por objeto melhorar os serviços prestados aos utentes, dando mais conforto, qualidade e afeto.

Houve um grande esforço para realizar as obras exigidas para os licenciamentos, mas agora é preciso travar a degradação das instalações.

A listagem que se segue mostra as necessidades de intervenção na conservação do edifício. Também o mobiliário e equipamento, pelo seu estado e anos de vida, reclama substituição.

Para uma coisa e outra se pedia urgência, mas as intervenções são tão volumosas que vão exigir escolhas e investimentos conforme as possibilidades.

a. Equipamento

Aquisições várias:

- Cabines banhos assistidos (ERPI)
- Aquecimento casas de banho (ERPI)
- Beneficiação/ modernização cozinha (ERPI/SAD)
- Atoalhados (ERPI)
- Contentores transporte de refeições (UCC)
- Mobiliário: substituição total quartos, salas de estar e refeitórios (ERPI)
- Outros pequenos equipamentos
- Placard identificativo exterior (ERPI/SAD)

F. Fontes
José Batista
Paulo Barão

b. Obras

Obras de beneficiação:

- Substituição de 6 portas e 1 janela
- Beneficiação casas de banho
- Beneficiação Barbearia
- Portões elétricos zona ligação edifícios e substituição portão
- Isolamento paredes zona de ligação edifícios
- Pintura pavimento zona de ligação edifícios
- Arranjo telhado e terraços
- Arranjo exterior surreira e canalização de águas
- Salão limpeza e pintura de paredes
- Pintura de espaços com infiltrações
- Beneficiação de pátios interiores
- Outras

Eficiência energética: caldeiras, iluminação, isolamento paredes, coberturas e caixilharias

Requalificação urbanística do edifício, incluindo muro de suporte Projetos técnicos

c. Ações Socioculturais e de Animação

Vamos continuar a pedir a colaboração da Biblioteca Municipal com o seu programa de Itinerância.

Haverá ações permanentes de animação e conversas sobre vários temas: conversas com o Padre Fontes, contos por Estefânia Surreira e José Batista, temas como a imigração, o contrabando, as festas, as chegadas de bois e animação com concertinas realejo a rancho da Venda nova.

Serão assinaladas as datas:

JANEIRO

13- Sexta-feira 13

20- Dia Mundial da Religião

- Feira do Fumeiro

30- Dia da Saudade

*Função
Cunha
D. Inês
Paula Barros*

FEVEREIRO

- 14- Dia dos namorados /dia da amizade
- 16- Dia mundial da rádio
- 27- Carnaval

MARÇO

- 1-Dia mundial da Proteção Civil
- 8- Dia Internacional da Mulher
- 19- Dia do Pai
- 21- Dia Mundial da Poesia
- 31- Dia Internacional do Livro Infantil

ABRIL

- 7- Dia Mundial da Saúde
- 13- Confeção do folar de Páscoa
- 18- Dia Internacional dos Monumentos e Sítios
- 25- Dia da Liberdade
- 28- Dia Mundial da Dança

MAIO

- 1-Dia do Trabalhador
- 4- Dia Internacional do Bombeiro
- 5- Dia Mundial da Higiene das Mãos
- 7- Dia da Mãe
- 8- Dia Mundial da Cruz Vermelha
- 13-Comemorações do Centenário das Aparições de Nossa Senhora de Fátima aos Pastorinhos e Visita do Papa Francisco a Portugal
- 17- Dia Mundial da Pastelaria

*Função
Câmara
Municipal
Barragem
Paulo Barros*

JUNHO

Data a definir - Montagem de Stand e visita à XVIII edição da feira do livro

5- Dia Mundial do Ambiente

9- Dia do Município

10- Dia de Portugal

16- Dia Internacional do Piquenique

21- Dia Europeu da Música

23- Comemoração do S. João

JULHO

Data a definir - Festa da união de Freguesias de Montalegre e Padroso

7- Dia Mundial do Chocolate

26- Dia Mundial dos Avós

AGOSTO

5 e 6- Senhor da Piedade

10- Feira do Prémio

18- Dia Mundial da Fotografia

Data a definir – Recreação da malhada do centeio

SETEMBRO

5- Dia Internacional da Caridade

8- Dia Mundial da Fisioterapia

21- Dia Mundial da Doença de Alzheimer

25- Dia Mundial do Sonho

27- Dia Mundial do Turismo

*Fernando
Coutinho
Dinis
Rui Barros*

OUTUBRO

- 1-Dia Internacional do Idoso
- 5- Implementação da Republica
- 6- Dia Mundial do Sorriso
- 10- Dia Mundial da Saúde Mental
- 13- Sexta-feira 13
- 27- Dia Mundial do AVC

NOVEMBRO

- 11- S. Martinho
- 14- Dia Mundial da Diabetes
- Presépio e arvore de Natal

DEZEMBRO

- 15- Dia Internacional do chá
- 21- Dia das palavras cruzadas
- 24- Natal
- Data a definir - Decoração das instalações e festa de natal

Nota: O presente plano está sujeito a alterações ao longo do ano consoante a necessidade.

França
Paulo Barros

9. SAD – Serviço de Apoio Domiciliário



É a partir do edifício sede, Lar S. José, que se garante este serviço a mais de 20 utentes em Montalegre e às aldeias de Padroso, Padornelos, Sendim, Meixedo, S. Vicente, Medeiros, Torgueda, Penedones, Travassos da Chã e Castanheira, sendo que a nossa área de ação compreende ainda as aldeias de Codeçoso, Gorda, Donões, Mourilhe, Sabuzedo, Cambezes, Frades, Peirezes, São Vicente e Medeiros.

O serviço de apoio domiciliário proporciona um conjunto diversificado de cuidados e serviços em função das necessidades dos utentes. Para além do fornecimento e apoio das refeições, oferece cuidados de higiene, conforto pessoal, higiene habitacional, tratamento de roupa de uso pessoal, atividades de animação e socialização, designadamente: animação, lazer e cultura, aquisição de bens e géneros alimentícios, pagamento de serviços, deslocação a entidades da comunidade.

Destina-se a famílias ou pessoas que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência, e que não possam assegurar a satisfação das suas necessidades básicas, nem disponham de apoio familiar para o efeito.

Trata-se de uma valência que tem apresentado défice que poderá ser vencido com o serviço a mais utentes e com a reavaliação das participações. Servir 20 utentes dispersos por várias aldeias, com duas viaturas e dois funcionários e participações baixas e sem atender às condições socioeconómicas dos utentes, nalguns casos, dita este prejuízo para as contas da Misericórdia.

De qualquer forma mantemos o serviço de qualidade e que a lei exige, e vamos renovar equipamento de acondicionamento das refeições.

Fun
 Creche
 2017
 2017
 2017

10. Creche



A Creche situa-se na Rua João Rodrigues Cabrilho, mas os serviços administrativos gerais funcionam na sede da Misericórdia.

A Creche acolhe crianças até aos 3 anos de idade e presta um conjunto de atividades e serviços, designadamente, cuidados adequados à idade e à satisfação das necessidades das crianças, nutrição e alimentação, cuidados de higiene pessoal, atendimento individualizado, de acordo com as necessidades, capacidades e competências, atividades pedagógicas, lúdicas e de motricidade em função da idade de cada uma. Tudo dentro de um ambiente seguro, confortável e acolhedor, para fazer as crianças felizes, com condições favoráveis ao seu desenvolvimento global.

A Creche é outra valência que tem agravado as contas da Misericórdia. A redução do número de alunos, as baixas participações resultantes dos baixos rendimentos dos pais, tem provocado desinvestimento e a degradação do edifício.

A situação deficitária não deixará, para já, de permitir que se prestem os serviços satisfatórios, apesar das participações dos pais e do valor da Segurança Social no seu conjunto, apenas cobrirem o encargo dos funcionários e eletricidade, deixando a alimentação, o aquecimento, a limpeza e conservação sem qualquer pagamento.

Mas o serviço social aqui prestado e o apoio às famílias é tão elevado que requer sensibilidade para as dificuldades que enfrentamos.

Segue a listagem que mostra as necessidades de intervenção na conservação e requalificação do edifício.

a. Equipamentos e Obras

- Conservação e manutenção de equipamento
- Eficiência energética: caldeira, ledes, isolamento paredes e cobertura, caixilharia
- Requalificação urbanística do edifício
- Placard identificativo exterior
- Outras obras de conservação

Françoise
Paulo Barros

b. Ações socioculturais e de Animação

Para além de outras ações de animação, serão assinaladas as datas:

JANEIRO

- 6- Dia de Reis
- 13- Sexta-feira 13

FEVEREIRO

- 14- Dia dos namorados/dia da amizade
- 27- Carnaval

MARÇO

- 1- Dia Mundial da Proteção Civil
- 19- Dia do Pai
- 21- Dia Mundial da Poesia
- 31- Dia internacional do livro infantil

ABRIL

- 13- Confeção do folar de páscoa
- 21- Dia Mundial da Terra
- 25- Dia da Liberdade
- 28- Dia Mundial da Dança

MAIO

- 4- Dia Internacional do Bombeiro
- 5- Dia Mundial da Higiene das Mãos
- 7- Dia da Mãe
- 15- Dia Internacional da Família

*Fun
Cunh
Paulo Benedito*

JUNHO

1-Dia Mundial da Criança

Data a definir - Montagem do stand e visita à XVIII edição da feira do livro

5- Dia Mundial do Ambiente

16- Visita das crianças finalistas ao pré-escolar

21- Dia Europeu da Música

23- Comemoração do S. João

JULHO

7- Dia Mundial do Chocolate

26- Dia Mundial dos Avós

AGOSTO

18- Dia Mundial da Fotografia

24- Dia da Infância

SETEMBRO

5 – Dia Internacional da Caridade

29- Dia Mundial do Coração

OUTUBRO

6- Dia Mundial do Sorriso

13- Sexta-feira 13

18- Dia Mundial da Alimentação

31- Comemoração do Halloween

NOVEMBRO

10- S. Martinho

20- Dia internacional dos direitos das crianças

*Luís
Cruz
Paulo Barroso*

DEZEMBRO

4- Dia da bolacha

- Visita ao Presépio e Árvore de Natal do Lar S. José

Data a definir-Decoração das instalações e festa de natal

*Fun
Cunh
Paulo Barros*

11. UCC – Unidade de Cuidados Continuados



A UCC dispõe de 30 camas na Unidade de Longa Duração e Manutenção, e de 10 camas na Unidade de Média Duração e Reabilitação.

A UCC pretende afirmar-se como entidade prestadora de cuidados continuados de excelência e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, prestando mais e melhores cuidados de saúde, em tempo útil, com humanidade, numa perspetiva de solidariedade social, de harmonia com o espírito tradicional constante no Compromisso da Misericórdia.

Esta valência tem importância pelos serviços que presta, mas também pelos postos de trabalho que cria, muito importantes para a economia local. O Governo já publicou o despacho de autorização para celebração de Acordo de Cooperação.

Temos adiantado muita burocracia e indicamos o dia 2 de janeiro para possível abertura. Neste momento persiste o conflito com o empreiteiro, que queremos resolver.

Como pôde verificar-se, constava em informações uma listagem de trabalhos a mais na UCC no valor de 395.000 € acrescendo a taxa de IVA legal em vigor. Confrontados e surpreendidos com esse pedido do empreiteiro, comunicado e acordado há mais de dois anos, pedimos apoio ao SUCH (entidade promotora do projeto) e a autores do projeto que nos informaram da falta de justificação desses trabalhos e valores, o que comunicamos ao empreiteiro.

Em reunião, foi-lhe transmitido por nós, que deveria ser apresentada uma nova lista de trabalhos e preços, devidamente fundamentados para podermos analisar com o SUCH, e que, se isso não acontecesse ou não houvesse aprovação pela equipa do projeto, se seguiria para posse administrativa. O empreiteiro mostrou-se interessado em colaborar na resolução e em evitar o conflito porque, segundo ele, já tinha tido muitos prejuízos, e estava disposto a fazer o seu esforço. Mas apesar desta disponibilidade, ainda não há solução.

*Fun
Tamp
Algu
Rafael Barros*

À parte disto temos tudo preparado, e meios financeiros para adquirir e instalar rapidamente o mobiliário, equipamento médico, de fisioterapia, mobiliário de escritório, equipamento informático e utensílios.

Vamos criar condições para que o pessoal que venha a trabalhar na UCC possa fazer um estágio no Lar S. José para melhor enquadramento no ambiente de trabalho, que vai permitir o serviço partilhado com as várias valências da instituição.

Segue a listagem de obras comprometidas e obras novas e dos equipamentos a considerar.

a. Equipamentos

Equipamento e mobiliário:

- Mobiliário secretaria, receção e gabinetes
- Mobiliário refeitório e salas de estar
- Mobiliário quartos, equipamento médico, enfermagem e fisioterapia
- Software, material informático e comunicações
- Equipamento copa e loiças
- Equipamentos esterilização/limpeza
- Televisões
- Material limpeza e higiene
- Fardamento pessoal
- Placardes identificativos receção e exterior
- Outros equipamentos

Conservação e manutenção

b. Obras

Empreitada: auto final / conclusão da empreitada

Outros trabalhos:

- Proteção zona entrada de ambulâncias e alimentação
- Farmácia
- Pintura a óleo zona pública e corredores
- Impermeabilização paredes
- Jardinagem

Conservação e manutenção



12. RLIS – Rede Local de Intervenção Social



A RLIS, Rede Local de Intervenção Social, é um serviço público que pretende potencializar todos os recursos formais e informais da comunidade de forma a dar resposta às necessidades sociais das pessoas e famílias. Numa parceria entre a Segurança Social, I.P., a Santa Casa da Misericórdia de Montalegre e a Câmara Municipal, surgiu o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS).

É um serviço de proximidade, com vista a informar, aconselhar e encaminhar indivíduos ou famílias em situação de vulnerabilidade, pobreza e exclusão social, a fim de preveni-las. Contribui para a aquisição e/ou fortalecimento das competências das pessoas e famílias promovendo a sua autonomia e fortalecendo as redes de suporte familiar e social e ainda mobiliza os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional. Presta também informação detalhada sobre a forma de acesso a recursos, equipamentos e serviços sociais que permitam às pessoas e famílias o exercício dos direitos de cidadania e de participação social.

O projeto prevê o aluguer de uma viatura, e decorre o processo público de aquisição do serviço. Queremos que este projeto continue no terreno porque aparecem sempre casos não referenciados que precisam de ajuda e outros para os quais se pode encontrar melhor resposta.



 Paulo Barros

13. Igreja da Misericórdia



A igreja da Misericórdia situa-se no centro histórico da vila de Montalegre, no largo do Pelourinho, a caminho do Castelo. Foi aqui que, inicialmente, funcionou a Santa Casa da Misericórdia de Montalegre.

Para além da Igreja, o edifício dispunha de 3 divisões onde estava sediada a Provedoria e onde também se realizavam as reuniões dos Irmãos – Sala de Sessões. A Igreja serve regularmente de local de oração e culto para o povo de Montalegre. Atualmente, e enquanto não há outra solução, os anexos funcionam como Casa Mortuária.

A Igreja está a beneficiar de obras de conservação e restauro. Porque se trata de património histórico, vai abrir permanentemente ao culto para as pessoas da vila e visitantes que ali passam e que pretendam também apreciar a Cultura e a Arte.

A Comissão de Arte Sacra da Diocese prestou-nos todo o apoio para que se promova uma intervenção de qualidade, que respeite e valorize a arte e cultura que ali existe. Depois do inverno seguiremos com as obras do teto, pintura e restauro de imagens para que a Igreja possa abrir com mais qualidade, conforto e atrativo, e um pequeno acervo museológico do nosso espólio de arte sacra.

a. Obras e Equipamento

Outras obras:

- Teto colocar madeira e efetuar pintura
- Restauro de Santos
- Bancos
- Toalhas altares
- Musealização espaço casa mortuária

Fernando
Coutinho
Rui
Barros

14. Casa Mortuária



A Casa Mortuária funciona na parte anexa à Igreja da Misericórdia de Montalegre, situada no centro histórico da Vila, no largo do Pelourinho.

Com a construção lançada pela Câmara de uma infraestrutura definitiva, encerramos aquele serviço e é nossa intenção reconverter e musealizar o espaço para juntar e abrir com a Igreja da Misericórdia, concedendo acesso público também à “casa dos pratos”.



Avaliação do Impacto Social



Propomos fazer o que fica expresso, mas queremos ser avaliados. Não só para sabermos se cumprimos o Orçamento e o estipulado na receita e na despesa e se fizemos as obras com que nos comprometemos, mas também para avaliar o resultado das intervenções e se elas foram a melhor resposta para a instituição alcançar os seus objetivos, cumprir a sua função social e chegar ao maior número de pessoas.

Em primeiro lugar nós prestamos serviços aos nossos utentes, mas temos responsabilidades de sustentabilidade da instituição. Não temos fins lucrativos mas temos de funcionar hoje e criar condições para podermos funcionar na normalidade daqui a 10 ou 20 anos. Temos obrigações de gestão que garantam as regras e que assegurem longevidade na prestação de serviços.

Somos uma instituição com responsabilidade social, e temos valores humanistas e éticos na nossa intervenção. Daí que seja nossa preocupação ir ao encontro dos problemas sociais que exigem solução. E como é que podemos saber se cumprimos esses objetivos e essas obrigações? Avaliando o impacto social, medir resultados, saber o que fazemos e o valor que criamos.

Obter esta informação para reflexão interna é importante, mas mais ainda para ser conhecida fora, para quem nos conhece, para os nossos parceiros, para quem nos financia. O ideal era termos meios para um trabalho independente mas, mesmo que não existam essas condições, temos que nos questionar em função da nossa análise e da nossa perceção. Saber se o que fazemos cumpre os objetivos da instituição e as funções sociais de que estamos incumbidos.

Queremos que isso sirva para redefinir o rumo, estar sempre focados no processo de transformação, colocar em causa o que fazemos e transformar todo esse processo numa causa de modernização e de eficácia.

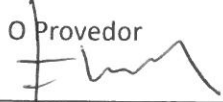
Avaliar não é aprovar, é medir resultados, é causar impacto, é mudança, é melhorar. Compreendemos essa necessidade e utilidade. Queremos compatibilizar o discurso com a prática e chegar também ao maior número de pessoas.

A avaliação, a comunicação, a imagem, significa presença e também pode significar sucesso.

Fernando José Gomes Rodrigues
Maria Manuela Flambo Pedreira Carvalho
Alberto Armindo do Braz Moura
António Dias Henriques
Paulo Jorge Dias Barroso

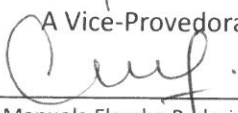
Montalegre, novembro de 2016

O Provedor



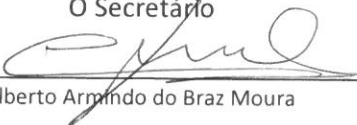
Fernando José Gomes Rodrigues

A Vice-Provedora



Maria Manuela Flambo Pedreira Carvalho

O Secretário



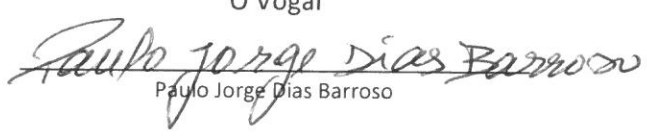
Alberto Armindo do Braz Moura

O Tesoureiro



António Dias Henriques

O Vogal



Paulo Jorge Dias Barroso



Paulo Barroso

ORÇAMENTO

Paulo Barros

15. Orçamento

Segue o Orçamento de exploração com vários anexos de notas justificativas de caráter técnico.

O Orçamento parte do Orçamento retificativo de 2016 e cresce o previsto para a UCC.

Receita: prevê-se que a receita em 2017 atinja os 2.305.429.84 euros. A principal fonte são os subsídios resultado de acordos de cooperação com a Segurança Social e a ARS.

Despesa: o total de despesa orçamentada ascende a 2.305.063.56 euros, sendo os gastos com pessoal a fatia mais elevada. Seguem-se depois despesas com alimentação, medicamentos, eletricidade e aquecimento, higiene e limpeza, também encargos bastante elevados.

Este Orçamento prevê uma amortização (contabilística) devido à entrada em funcionamento da UCC de 203.103.11 euros. Se se conseguir este resultado seria ótimo porque dispúnhamos desse valor para realizar investimentos e obras.

Análise de Gastos e Rendimentos

Descrição	Ano	Orçamentos 2016		Variação	Orçamento
		2015(D)	Previsto(A)		
Gastos					
61- Compras					
Géneros Alimentares	147.080,58 €	151.606,05 €	148.210,90 €	-3.395,15 €	294.000,00 €
Fraldas	10.896,19 €	11.451,10 €	9.418,17 €	-2.032,93 €	9.500,00 €
Consumíveis/Medicamentos					104.400,00 €
Total 61	157.976,77 €	163.057,15 €	157.629,07 €	-5.428,08 €	407.900,00 €
62 - Fornecimentos e Serviços					
Subcontratos - Cantina Social	17.607,50 €	16.691,50 €	10.082,50 €	-6.609,00 €	10.082,50 €
Honorários / Trab. Especializados	54.836,75 €	78.135,37 €	103.188,62 €	25.053,25 €	109.776,36 €
Publicidade e Propaganda	897,90 €	882,05 €	5.775,85 €	4.893,80 €	6.000,00 €
Vigilância e Segurança	1.285,73 €	1.095,10 €	850,46 €	-244,64 €	2.650,00 €
Conservação e Reparação	11.307,84 €	13.297,22 €	8.472,76 €	-4.824,46 €	27.530,00 €
Serviços Bancários	310,24 €	378,75 €	146,10 €	-232,65 €	150,00 €
Ferramentas e Utensílios	2.401,81 €	3.127,80 €	3.517,02 €	389,22 €	4.520,00 €
Material de Escritório	1.702,63 €	3.096,19 €	8.323,39 €	5.227,20 €	13.215,00 €
Artigos para Oferta		60,00 €	260,00 €	200,00 €	300,00 €
Material Didático	956,41 €	757,50 €	2.287,38 €	1.529,88 €	2.300,00 €
Vestuário e calçado de utentes		181,80 €	3.761,68 €	3.579,88 €	4.000,00 €
Enc.Saúde Utentes	23,75 €	35,98 €	40,00 €	4,02 €	50,00 €
Artigos decorativos	216,25 €	235,00 €	545,90 €	310,90 €	550,00 €
Despesas Litúrgicas	2.015,41 €	100,00 €	50,00 €	-50,00 €	55,00 €
Gases Medicinais				0,00 €	3.000,00 €
Fraldas				0,00 €	19.440,00 €
Electricidade	33.813,58 €	34.434,65 €	38.371,05 €	3.936,40 €	56.500,00 €
Combustíveis e Outros Fluidos	86.538,53 €	95.995,75 €	73.423,46 €	-22.572,29 €	95.905,00 €
Água	1.787,30 €	2.362,20 €	2.419,40 €	57,20 €	7.220,00 €
Deslocações e Estadas	1.647,80 €	1.505,10 €	2.448,18 €	943,08 €	2.450,00 €
Rendas e Alugueres		4.289,76 €		-4.289,76 €	
Comunicação	4.638,35 €	5.208,41 €	6.109,10 €	900,69 €	10.310,00 €
Seguros	8.535,98 €	9.550,83 €	8.531,54 €	-1.019,29 €	9.504,00 €
Contencioso e Notariado	400,10 €	65,00 €		-65,00 €	
Despesas de Representação	1.341,75 €	2.700,80 €	2.435,93 €	-264,87 €	2.450,00 €
Higiene, Limpeza e Conforto	17.482,63 €	17.520,00 €	26.739,67 €	9.219,67 €	68.000,00 €
Outros fornecimentos e Serviços	42,40 €	45,00 €		-45,00 €	
Total 62	249.790,64 €	291.751,76 €	307.779,99 €	16.028,23 €	455.957,86 €
63 - Gastos com Pessoal					
Ordenados do Pessoal	476.516,93 €	537.410,67 €	556.914,71 €	19.504,04 €	963.999,77 €
Encargos (Seg. Social)	98.553,19 €	115.813,16 €	107.748,79 €	-8.064,37 €	199.656,84 €
Outros gastos c/ pessoal / Seguros	9.008,95 €	9.537,05 €	6.732,64 €	-2.804,41 €	13.800,00 €
Total 63	584.079,07 €	662.760,88 €	671.396,14 €	8.635,26 €	1.177.456,61 €
64 - Gastos de depreciação e amort.	69.085,98 €	54.352,69 €	68.454,98 €	14.102,29 €	203.163,11 €
68 - Outros gastos e perdas					
Impostos e Taxas	488,94 €	535,30 €	131,87 €	-403,43 €	135,00 €
Dividas Incobráveis	73,40 €				
Correções de períodos anteriores	21.779,32 €		8.733,30 €	8.733,30 €	4.625,38 €
Donativos	530,00 €			0,00 €	
Quotizações	480,00 €	480,00 €	480,00 €	0,00 €	480,00 €
Multas			9,00 €	9,00 €	10,00 €
Outros gastos e perdas	36,20 €			0,00 €	
Total 68	23.387,86 €	1.015,30 €	9.354,17 €	8.338,87 €	5.250,38 €
69 - Gastos e perdas de financiamento	120,05 €	121,20 €	135,56 €	14,36 €	55.335,60 €
Total Gastos	1.084.440,37 €	1.173.058,98 €	1.214.749,91 €	41.690,93 €	2.286.928,56 €

Análise de Gastos e Rendimentos

Descrição	Ano	Orçamentos 2016		Variação	Orçamento
		2015(D)	Previsto(B)		
Rendimentos					
71 - Vendas - Fraldas	12.541,00 €	12.572,80 €		-12.572,80 €	
72 - Prestação de Serviços					
<i>Quotas dos utilizadores</i>					
<i>Infância e Juventude</i>					
Creche	50.926,72 €	52.157,65 €	48.740,46 €	-3.417,19 €	38.125,56 €
<i>Terceira Idade</i>					
ERPI	430.031,50 €	429.731,35 €	444.700,08 €	14.968,73 €	457.540,08 €
Centro de dia					
Apoio domiciliário	26.367,50 €	25.857,25 €	26.930,00 €	1.072,75 €	26.580,00 €
UCC					
<i>Quotizações e Jóias</i>	1.244,00 €	1.246,00 €	1.240,00 €	-6,00 €	2.580,00 €
<i>Outras prestações de serviços</i>					
Total 72	508.569,72 €	508.992,25 €	521.610,54 €	12.618,29 €	524.825,64 €
75 - Comp.Subsidios Exploração					
<i>Infância e Juventude</i>					
Creche	120.994,60 €	125.875,45 €	136.258,88 €	10.383,43 €	103.460,64 €
<i>Terceira Idade</i>					
ERPI	348.715,38 €	351.990,36 €	353.246,40 €	1.256,04 €	352.512,00 €
Centro de dia					
Apoio domiciliário	59.150,40 €	59.092,80 €	59.918,40 €	825,60 €	59.918,40 €
Cantinas Sociais	14.370,00 €	14.760,00 €	11.830,00 €	-2.930,00 €	11.830,00 €
PIEF	12.122,44 €			0,00 €	
IEFP	6.417,03 €		10.666,94 €	10.666,94 €	8.501,11 €
Autarquias			24.000,00 €	24.000,00 €	48.000,00 €
RLIS		58.903,96 €	42.734,51 €	-16.169,45 €	58.903,96 €
UCC (SS)					414.107,50 €
UCC (ARS)					556.567,00 €
Total 75	561.769,85 €	610.622,57 €	638.655,13 €	28.032,56 €	1.613.800,61 €
78 - Outros Rendimentos e Ganhos					
Descontos de PP obtidos	272,23 €	22,05 €	404,55 €	382,50 €	405,00 €
Subsídios ao investimento	10.210,60 €	10.210,68 €	10.210,68 €	0,00 €	91.936,49 €
Donativos	9.794,22 €	5.930,12 €	5.999,00 €	68,88 €	6.000,00 €
Correções de períodos anteriores	1.840,91 €		1.679,06 €	1.679,06 €	
Benefícios de penalidades contratuais	85,00 €	100,00 €	2,50 €	-97,50 €	
Aluguer casa mortuária	525,00 €	850,00 €	900,00 €	50,00 €	900,00 €
Refeições para Funcionários			51.609,90 €		52.642,10 €
Fraldas			11.139,30 €		11.500,00 €
Alienação de Terrenos	16.500,00 €				
Outros	1.983,12 €	1.903,75 €	3.104,37 €	1.200,62 €	1.870,00 €
Total 78	41.211,08 €	19.016,60 €	85.049,36 €	66.032,76 €	165.253,59 €
79 - Juros, divid. e o. rend. similares	4.601,65 €	5.678,35 €	1.535,96 €	-4.142,39 €	1.550,00 €
Total Rendimentos	1.128.693,30 €	1.156.882,57 €	1.246.850,99 €	89.968,42 €	2.305.429,84 €
Resultado (Rendimentos-Gastos)	44.252,93 €	-16.176,41 €	32.101,08 €	48.277,49 €	366,28 €

Luís Leite
Luís Leite
Luís Leite

Variação de Utentes		
Valências	2016	2017
<i>Infância e Juventude</i>		
Creche	44	34
Pré-escolar		
ATL		
Lar de crianças e jovens		
<i>Terceira Idade</i>		
ERPI	80	80
Centro de dia		
Apoio domiciliário	20	20
UCC		40

Variação do Pessoal	
Anos	Funcionários
2016	61
2017	98

Investimentos		
	2016	2017
Edifícios	117.149,07 €	3.878.916,75 €
Equipamento Básico	14.811,35 €	319.000,00 €
Equipamento Transporte		
Equipamento Administrativo	25.982,65 €	30.000,00 €
Outros Ativos	8.032,80 €	2.000,00 €
Ativos Intangíveis		10.000,00 €
Total	165.975,87 €	4.229.916,75 €

A Entidade

Contabilista Certificado

Luís Leite – CC nº 39242



ANEXO

Identificação da entidade

1.1 — Designação da Entidade

Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre

1.2 — Sede

Rua General Humberto Delgado

5470-247 Montalegre

1.3 — Natureza da Atividade

Ação Social p/ Pessoas Idosas c/ alojamento

Principais políticas contabilísticas

2.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, incluindo os inventários.

2.2 — Outras políticas contabilísticas relevantes.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

2.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

2.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

Paulo Barros

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

Inventários

3.1 — As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada;

Os inventários são valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

d)1 - A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período;

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período	Período 2016			Período 2017		
	Mercadorias	Mat-primas, sub. e de consumo	Totais	Mercadorias	Mat-primas, sub. e de consumo	Totais
Inventários no começo do período		8.885,22	8.885,22		7.353,96	7.353,96
Compras		156.097,81	156.097,81		407.847,84	407.847,84
Regularizações			0,00			0,00
Inventários no fim do período		7.353,96	7.353,96		7.301,80	7.301,80
Custo das mercadorias vendidas e das						
	0,00	157.629,07	157.629,07	0,00	407.900,00	407.900,00

matérias consumidas

Rédito

4.1 a) — Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tendo em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos pela entidade. O rédito compreende os montantes faturados líquidos de abatimentos e descontos.

4.1 b) — Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Handwritten signatures and initials:
 F. M.
 C. M.
 J. M.
 Paulo Barros

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2016			Período 2017		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens		0,00%			0,00%	
Prestação de serviços	521.610,54	99,71%	0,00%	524.825,64	99,71%	0,62%
Juros	1.535,96	0,29%	0,00%	1.550,00	0,29%	0,91%
Totais	523.146,50	100,00%	-0,61%	526.375,64	100,00%	0,62%

Subsídios do Governo e apoios do Governo

5.1 — Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios atribuídos pelo estado, e que se destinam a financiar parte dos investimentos em ativo não corrente encontram-se apresentados no balanço como componente de capital próprio, sendo imputados aos rendimentos do exercício na proporção das depreciações/amortizações efetuadas, em cada período. No período de 2017 foram considerados como rendimento o valor de 91.936,49 €, atribuídos pelas seguintes entidades:

Programa de apoios	Valor (€)
Piddac Antigo	399,00
Piddac Novo	6.065,40
MASES	1.246,80
Câmara Municipal Montalegre Féluaço	499,56
Câmara Municipal Montalegre Caixilharias (Alufercosta)	1.999,92
UCC (ARS Norte)	43.560,00
UCC (Município de Montalegre)	38.165,81
Total	91.936,49

Os subsídios que se destinam à exploração encontram-se apresentados na demonstração de resultados como rendimento do exercício que em 2017 ascendem a 1.621.800,61€, atribuídos pelas seguintes entidades:


 Paulo Barros

Entidades	Valor (€)
ISS, IP - C Distrital Vila Real	527.721,04
> Infância e juventude	103.460,64
- Creche	103.460,64
- Pré-escolar	
- ATL	
- Lar de crianças e jovens	
> Terceira idade	412.430,40
- Centro dia	
- ERPI	352.512,00
- Apoio domiciliário	59.918,40
Plano Emergência Alimentar	11.830,00
IEFP	8.501,11
Autarquias	48.000,00
RLIS	58.903,96
UCC (Segurança Social)	414.107,50
UCC (ARS Norte)	556.567,00
Total	1.613.800,61

A Entidade

Contabilista Certificado

Luís Leite – CC nº 39242

Nota Justificativa

(anexo ao Orçamento de Gastos e Rendimentos em 2017)

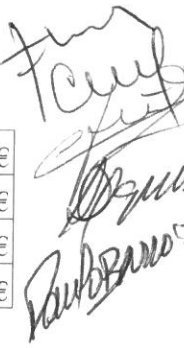
61 Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

Géneros Alimentares	294.000,00 €
Consumíveis/Medicamentos	104.400,00 €
Fraldas	9.500,00 €
TOTAL	407.900,00 €

62 Fornecimentos e Serviços Externos:

Subcontratos - Cantina Social	10.082,50 €
Trabalhos Especializados	
Contabilidade	12.915,00 €
Consultadoria / Advocacia	5.750,00 €
Consultoria Higiene Segurança Alimentar	8.200,00 €
Assistência Informática	2.115,00 €
Assistência Técnica (elevador)	1.570,00 €
Publicidade e Propaganda	6.000,00 €
Vigilância e Segurança	2.650,00 €
Honorários	79.226,36 €
Conservação e Reparação	
Edifícios	16.920,00 €
Equipamento Básico	9.610,00 €
Equipamento Transporte	1.000,00 €
Serviços Bancários	150,00 €
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	4.520,00 €
Material de Escritório	13.215,00 €
Artigos para Oferta	300,00 €
Material Didático	2.300,00 €
Vestuário e calçado de Utentes	4.000,00 €
Encargos c/ Saúde de Utentes	50,00 €
Artigos Decorativos	550,00 €
Despesas Litúrgicas	55,00 €
Gases Medicinais	3.000,00 €
Fraldas	19.440,00 €
Eletricidade	56.500,00 €
Combustíveis / Gás	95.905,00 €
Água	7.220,00 €
Deslocações e Estadas	2.450,00 €
Comunicação	10.310,00 €

F. Taveira
R. Barros



Seguros	9.504,00 €
Despesas de Representação	2.450,00 €
Limpeza, Higiene e Conforto	68.000,00 €
TOTAL	455.957,86 €

632 Remunerações Certas do Pessoal:

Ordenados e Salários	963.999,77 €
----------------------	--------------

635 Encargos S/ Remunerações:

Remunerações	Taxa	Encargos Segurança Social
881.593,35 €	22,30%	196.595,32 €
15.862,79 €	19,30%	3.061,52 €
66.543,63 €	0,00%	0,00 €

636/8 Seguros e Outros Custos c/ Pessoal:

Seguros Ac. Trabalho	9.000,00 €
Medicina no Trabalho	3.000,00 €
Outros Custos c/ Pessoal (fardamentos)	1.800,00 €
TOTAL	13.800,00 €

68 Gastos e Perdas de Financiamento:

69 Outros Gastos e Perdas:

Juros de Mora	0,60 €
Juros e custos relativos a financiamentos	37.200,00 €
TOTAL	37.200,60 €

Taxas	135,00 €
Correções Relativas a Exercícios Anteriores	
Acertos Acordos de Cooperação	4.625,38 €
Quotizações	480,00 €
Multas	10,00 €
TOTAL	5.250,38 €

F. Cruz
Raul Barros

70 **Matriculas e Mensalidades:**

Valências	Valor
Creche	38.125,56 €
ERPI	457.540,08 €
Apoio Domiciliário	26.580,00 €
Quotizações	2.580,00 €
TOTAL	524.825,64 €

78 **Outros Rendimentos e Ganhos:**

Descontos de PP Obtidos	405,00 €
Imputação Subsídios	91.936,49 €
Donativos	6.000,00 €
Comparticipações energia	1.800,00 €
Aluguer casa mortuária	900,00 €
Kit Finalista	70,00 €
Fraldas	11.500,00 €
Refeições para Funcionários	52.642,10 €
TOTAL	165.253,59 €

79 **Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares:**

Juros de Depósitos	1.550,00 €
TOTAL	1.550,00 €

A Entidade

Contabilista Certificado

Luís Leite – CC nº 39242

Handwritten signatures and initials:
 F...
 L...
 J...
 Paulo Barros

Nota Justificativa

(anexo ao Orçamento de Investimento para 2017)

Ativos fixos tangíveis

Placards Identificação	4.500,00 €
TOTAL	4.500,00 €

Outros Ativos Fixos

Edifícios e Outras Construções

Obras na Igreja da Misericórdia	25.000,00 €
Conclusão Empreitada UCC	340.000,00 €
Obras Eficiência Energética	2.000,00 €
Requalificação Urbanística Edifício	2.000,00 €
Obras de Reparação (ERPI/SAD)	45.000,00 €
Edifício UCC	3.464.916,75 €
TOTAL	3.878.916,75 €

Equipamento Básico

Equipamento UCC	95.000,00 €
Equipamento e Mobiliário UCC	184.000,00 €
Mobiliário/Cabines Banhos/Marmitas/Atoalhados/Contentores	40.000,00 €
TOTAL	319.000,00 €

Equipamento de Transporte

--	--

Equipamento Administrativo

Mobiliário e Equipamento Administrativo/Escritório (UCC)	30.000,00 €
TOTAL	30.000,00 €

A Entidade

Contabilista Certificado

Luís Leite – CC nº 39242

**Nota Justificativa**

(anexo ao Orçamento de Investimento para 2017)

Ativos fixos Intangíveis

Projetos Técnicos (ERPI/SAD)	10.000,00 €
TOTAL	10.000,00 €

Investimentos em Curso

--	--

A Entidade

Contabilista Certificado

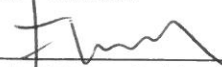
Luís Leite – CC nº 39242

fm
Plus
Am.
Paulo Barroso

16. Aprovação do Plano de Ação e Orçamento

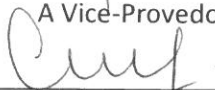
O presente Plano de Ação e o Orçamento para 2017 foram aprovados por unanimidade na reunião da Mesa Administrativa de onze de novembro de 2016, e mereceu o parecer FAVORÁVEL do Conselho Fiscal, que se anexa, em onze de novembro.

O Provedor



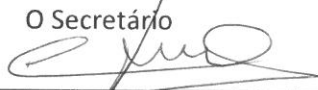
Fernando José Gomes Rodrigues

A Vice-Provedora



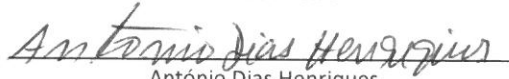
Maria Manuela Flambo Pedreira Carvalho

O Secretário



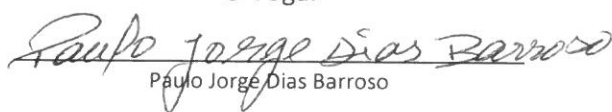
Alberto Arminho do Braz Moura

O Tesoureiro



António Dias Henriques

O Vogal



Paulo Jorge Dias Barroso



Santa Casa da
Misericórdia de Montalegre

Parecer do Conselho Fiscal

Assunto: Orçamento e Plano de Ação 2017

Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezasseis, pelas dezanove e trinta horas, reuniu o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre, a fim de apreciar o Plano de Ação e o Orçamento para dois mil e dezassete, de acordo com o disposto na alínea c) do Artigo 31º do Compromisso, documentos esses elaborados pela Mesa Administrativa e sobre os quais o Conselho Fiscal irá emitir o Parecer:

1. RELATÓRIO

- a. Constatamos que a Conta de Exploração Previsional e o Orçamento de Investimentos foram elaborados de acordo com as disposições legais em vigor.
- b. Analisamos o Programa de Ação apresentado pela Mesa Administrativa, o qual mereceu o nosso acordo.

2. PARECER

Face ao exposto é emitido parecer FAVORÁVEL e recomendamos aos Irmãos:

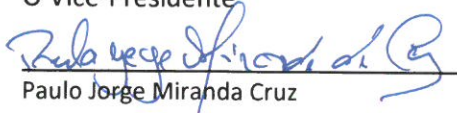
- a. Que aprovem a Conta de Exploração Previsional e o Orçamento de Investimentos.
- b. Que aprovem o Plano de Ação.

O Conselho Fiscal,

O Presidente


João Batista Branco Alves

O Vice-Presidente


Paulo Jorge Miranda Cruz

O Secretário


Alberto Martins Carvalho